

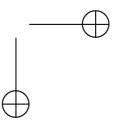
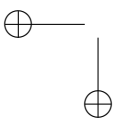
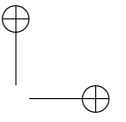
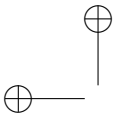
Seven



Américo Pereira

2017

www.lusosofia.net





LUSOSofia:PRESS

Covilhã, 2017

FICHA TÉCNICA

Título: *Seven*

Autor: Américo Pereira

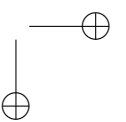
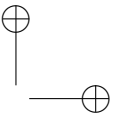
Colecção: Artigos LUSOSOFIA

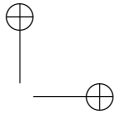
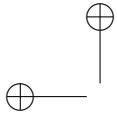
Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: Filomena S. Matos

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2017





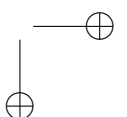
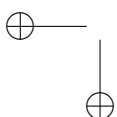
*Seven**

Américo Pereira

Índice

Os inocentes e a besta	4
Anexo	15
Súmula teórica da ideologia nazi elaborada por Winston Churchill, a partir da sua leitura de <i>Mein Kampf</i>	15
Tradução	17

* *Seven*, realização de David Fincher, produção de Arnold Copelson e Phyllis Carlyle, argumento de Andrew Kevin Walker, direcção de fotografia de Darius Khonoji, música de Howard Shore, edição de Richard Francis Brook, com Brad Pitt, Morgan Freeman, Guyneth Paltrow, Kevin Spacey, John C. McGinley, casa editora: New Line Cinema, © 1995 e 2005.



Os inocentes e a besta

Supõe-se o conhecimento prévio do filme sobre que se vai brevemente reflectir. *Seven* é das poucas obras modernas e contemporâneas que podem ser consideradas como verdadeiras tragédias, porque a acção que narram não depende de dimensões psicológicas e outras identicamente superficiais e aleatórias, antes de uma *lógica prática necessitante* que, uma vez posto o motor do movimento dos gestos humanos, ganha como que uma vida própria.

Esta vida própria é, na realidade concreta da existência mundana, o que equivale às falsas hipóstases do mal, desculpas pseudo-intelectuais para uma realidade que apenas ao modo do acto humano perverso se deve.

Quando Somerset,¹ o velho quase sábio – e *quase* porque cobarde – faz notar que o monstro que está no âmago da acção maldosa que impõe o ritmo praxiológico da narrativa, se for encontrado, não se vai revelar algo de ontologicamente especial, isto é, algo como, por exemplo, a velha imagem hipostática de um diabo super-anjo, mas, antes, algo de medíocre, comum, trivial, banal, aponta para que, na verdade, *não há uma hipóstase para o mal, quer dizer, o mal não é um especial ente*, antes assume a vulgaridade entitária de cada ser humano que age no sentido de anular um qualquer bem, concretamente mundano ou metafisicamente possível.

Praxiologicamente, no concreto da acção humana, o mal é algo de trivial, não no sentido da banalidade do mal de Arendt – pois nada há de banal em Herr Eichmann² ou nos seus burocráticos ca-

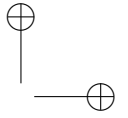
¹ Para uma análise com algum pormenor dos personagens principais desta obra, remetemos para o estudo: PEREIRA Américo, «*Seven*. Da necessária condição trágica da dinâmica própria do mal», capítulo da obra *Filosofia e direitos dos animais. Questões de filosofia aplicada*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2011, pp. 77-103.

² Vista de forma política, isto é, exterior, a vida de Herr Eichmann posterior à sua fuga, terminada a Segunda Guerra Mundial, humana tragédia imensa em que desempenhou um dos principais papeis de assassino em massa, vida que in-

maradas nacional-socialistas (o camarada Heidegger era tudo menos banal e deu a sua contribuição) –, mas no sentido em que o mal é humanamente transcendental quer porque toda a humanidade – cada um de nós – o pode realizar (isto é uma condição metafísica, como pura possibilidade) quer porque, historicamente, toda a humanidade o tem realizado (há raríssimas excepções, por exemplo, em termos da narrativa própria do cristianismo, há duas excepções, o próprio Cristo e sua Mãe).

Situamo-nos, assim, e numa perspectiva laica, no âmbito do *mal como próprio, e só, da acção humana*. Repare-se que não há

clui a sua prestação dramática no seu julgamento em Jerusalém, podem parecer banais, mas o fim que serviu com todo o empenho, dedicação e germânica eficácia é tudo menos banal. Este fim encontra-se exposto na obra *Mein Kampf*, do seu amo e senhor, Herr Adolf Hitler, em que a finalidade de eliminar os indesejados surge já como algo de patente. Esta *finalidade* nada tem de banal quer na história humana quer como «coisa» ética e política. Esta *finalidade* era pública desde meados da década de vinte do século XX. Milhões de exemplares de *Mein Kampf* foram publicados e possuídos por Alemães, arianos ou não, por estrangeiros, nomeadamente ao nível das Chancelarias. Será crível que ninguém, para além de Winston Churchill, tenha reparado na não-banalidade do que era proposto e que Herr Eichmann tão bem soube cumprir, assim se aliando à grandeza – negativa, mas enorme – do projecto de nazificação do mundo? Que é que há de banal neste projecto e naqueles que o serviram? Não será a banalidade afirmada uma desculpa para a coragem não havida? Foi banal a corajosa acção, por exemplo, dos irmãos Bonhoeffer? Recomenda-se a leitura da obra: ROSEMAN Mark, *The villa, the lake, the meeting. Wannsee and the final solution*, London Penguin Books, 2001. Nesta conferência foi traçada, com toda a subtileza diplomática de assassinos que montam uma estratégia inexorável, mas de que não possam ser acusados, a política correspondente à implementação da «solução final»; podemos ler, a pp. 68, o seguinte: «What we have is the Protocol, or in other words Eichmann's glossary of the notes, which he claimed was in turn heavily edited by Heydrich.». Eichmann foi um excelente e nada banal funcionário no e do sistema de maior iniquidade da história da humanidade. Nada aqui é banal, salvo a transcendentalização do mal. Mas, então, estamos a falar de uma transcendentalização ética e política da prática do mal como normalidade, o que não é o mesmo que uma banalidade do mal. O mal nunca é banal. Apresentamos em anexo o resumo não banal que Churchill faz do projecto de Herr Hitler.

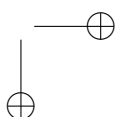
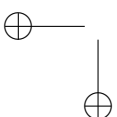


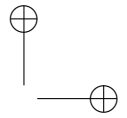
no filme *Seven* qualquer outra forma de suposto mal. E não há muito bem, negando, deste modo, o autor a velha e estulta tradição que equivocadamente torna paralelas formas de actualidade que são tudo menos paralelas. Não há, aqui, o chamado «mal físico» ou o chamado «mal metafísico». Não há, portanto, mal na natureza e não há mal na condição de possibilidade ontológica da natureza, respectivamente. Se alguém pensar que o filme é maniqueísta, pensa mal, pois apenas ao nível metafísico pode haver real maniqueísmo e, neste filme, o mal realizado é prático, não é metafísico.

É outro o ambiente ontológico esse em que o filme se move. E o cerne do filme é ontológico, de base metafísica no que diz respeito às condições ontológicas de *possibilidade* da acção, boa ou má. Mas a acção não decorre mecanicamente de qualquer pressuposto, é sempre fruto de uma escolha humana e apenas humana.

A realidade da acção ética e política é própria, irredutivelmente própria, tem o seu campo ontológico próprio, que não é confundível com o campo das suas condições de possibilidade, não transcendentais em sentido kantiano, mas metafísicas (o erro de Kant consiste em pensar que o transcendental, como lógico, não é metafísico; ora, toda a lógica é metafísica, transcendentemente metafísica).³

³ A uma tradicional divisão entre «físico», o natural, o que se move, e «metafísico», o que transcende o que é natural, o que não se move – a que Platão tinha acrescentado o domínio radicalmente diferente do «bem», transcendente, ainda, a toda a essência –, Kant adiciona o «transcendental», que redefine, como plano de condições de conhecimento (de ciência) *a priori*, isto é, independente da *empíria*. Procura escapar, assim, ao movimento do empírico comum e à imobilidade do trans-empírico comum. Mas o seu novo domínio mais não é do que a emancipação do que, em Platão, corresponde ao nível das relações, das matemáticas, isto é, ao nível da pura lógica que faz a relação entre os modelos e possibilidade ontológica e a realidade empírica concreta, entre as «ideias» e os «objectos» e as suas «sombras». Kant toma os modelos e as relações e constrói com eles o seu plano transcendental. Mas isso já Platão tinha feito, num sentido muito diferente de transcendentalidade. O que Kant procura encontrar é a





Aliás, tal sentido metafísico do *possível ético* é-nos subtilmente manifestado aquando da cena em que Somerset vai consultar obras filosófico-teológico-literárias na grande Biblioteca e um dos guardas, que se situa no absoluto do presente, em que saboreia a vida – de que o jogo para que se prepara é símbolo – põe a tocar uma das peças mais proximamente metafísicas de Bach, a sua *Área sobre uma corda em Sol*, da *Suite nº 3*, BWV 1068, que define todo o ambiente em que a história vai decorrer, num fundo de angústia que não irá desaparecer.

A angústia, presente em toda a narrativa, até na forma como a luz é trabalhada, essa, é metafísica, como marca do absoluto da presença do mal no mundo,⁴ como efeito indelével da acção humana que, *podendo realizar o bem, não o realiza*, matando o bem *ainda como possível*, como é dado pelo símbolo do filho uterino de Somerset que este condena a morrer ainda antes de poder emergir. O mal radical⁵ é o mal que resulta da eliminação do possível.

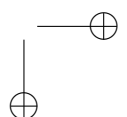
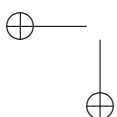
Em *Seven*, como no real de que *Seven* é símbolo narrativo, o mal, este, sim, radical, não é fundamentalmente a morte, a aniquilação, de um bem que já é, mas a aniquilação da possibilidade de ser de um bem, qualquer bem, do filho de Somerset, ao belíssimo sorriso de Tracy, a menina angustiada.

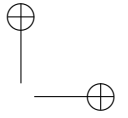
Compreende-se, assim, melhor, por exemplo, a radicalidade de um lugar como Treblinka em que o que de fundamental se aniqui-

sua solução para o problema platónico da «participação». Ora, a resposta a esta questão já Platão a dera na sua obra *Banquete*. Lendo quer a *República* quer o *Symposion*, poderemos verificar que o que foi dito nesta nota não é retrospectivamente ilusório.

⁴ Isto é, o bem eliminado em seu possível pelo mal – que o anula ao substituí-lo por um qualquer acto impertinente – permanece em sua marca negativa: é todo o ser que carece do bem possível e realizável que não foi realizado.

⁵ Não confundir com a noção homónima de Kant, que significa transcendentemente, ao modo kantiano, «a possibilidade geral de desobediência à lei moral», cfr. FREITAS Manuel da Costa, «Mal», in AAVV, *Logos. Enciclopédia luso-brasileira de filosofia*, vol. 3, Lisboa / São Paulo, Verbo, [1991], c. 601.





lou com uma eficácia excelente foi não a vida já vivida dos judeus, mas a sua vida *por viver* e a que metafisicamente tinham direito.

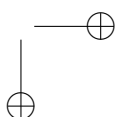
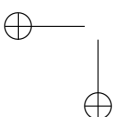
Sendo o *possível próprio* a raiz metafísica de toda a ontologia (possível), a eliminação do possível próprio equivale a algo como uma anti-criação, pois reduz o ser ao seu absoluto nada relativo (isto é, a si relativo, como o seu absoluto ontológico próprio, se realizado, seria o seu relativo absoluto ser); relativo ao absoluto do que fora o seu possível. Repare-se que, *se se eliminar toda a possibilidade, nada resta, em absoluto* (esta intuição aponta para algo que é incontrovertível).

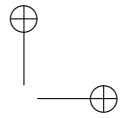
A grande força do mal não reside na sua capacidade analéptica de destruidor da memória ou da monumentalidade do que já foi, mas na capacidade actual, presente, no sentido agostiniano de presente, de aniquilar isso que é o motor do presente: *o possível*, o possível como realidade metafísica. O mal, neste sentido, sendo prático, tem consequências metafísicas, pois *destrói o possível*.

Assim sendo, e, aqui, teologicamente, toda a finalidade última do mal consiste em «matar Deus». Neste sentido, então, todo o mal é excessivo e potencialmente infinito, como cada um de nós pode sentir, intelectualmente, no mais profundo do seu âmago ético, bastando para isso começar a dar assentimento ao mal, como o protagonista humano abscondito desta tragédia, o seu motor, John Doe.

John Doe não é apenas a besta humana que diabolicamente leva ao extremo *de forma concreta* a acção maléfica de que o ser humano é metafisicamente capaz. Pensar que o é apenas, é afastar para longe de quem assim pensa o cerne onto-praxiológico da questão, cerne que não apenas me habita, mas *que sou eu*.

Por mais desagradável psicologicamente que seja, há que perceber que John Doe é uma metáfora do que eu *posso ser*: John Doe sou eu *como possibilidade*. John Doe é o paradigma metafísico, transcendental, do que é o mal como possibilidade ética e política e, concomitantemente, é o paradigma da sua realização, incarnação. É ele a figura do diabo, não uma coisa mítica. Poder





fazer o mal é universal e necessário – transcendental –, fazer o mal não é universal ou necessário: é fruto, e apenas, da acção humana.

Não se afirma que «John Doe sou eu em acto de maldade»; o que se diz é que «John Doe sou eu em acto como *possibilidade de maldade*». Por isso o monstro é tão trivial: tão trivial como eu serei se um dia me transformar num John Doe.⁶ John Doe é o paradigma do que cada um de nós pode ser se se transformar num ente humano cuja acção consiste em fazer o mal na vez do bem que *pode* fazer. Esta é a condição metafísica, transcendental.

Estamos naquele momento em que habitualmente surge a questão – aliás, autorizada pela narrativa do filme –: «mas John Doe não estava convencido de que estava a fazer o bem?».

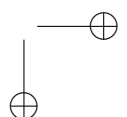
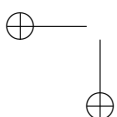
Esta questão – muito moderna – é *irrelevante*.

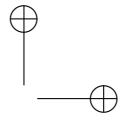
É uma questão que é paralela à questão acerca da *intenção* da acção de John Doe. Muito inteligentemente, o narrador assume uma condição de narrador-não-omnisciente e dá das possíveis razões de Doe não uma visão como se de Deus se tratasse, mas apenas a permitida pelo que o próprio agente de tais razões nos transmite.

Ora, tocamos, aqui, uma questão epistemológica (de teoria da possibilidade de conhecimento) fundamental: como é que se pode saber das intenções de alguém, a menos que se ocupe a posição de um tal suposto Deus omnisciente?

Não se pode, de todo; nunca se pode. O que Doe nos transmite acerca do motor ético de sua acção oscila epistemologicamente en-

⁶ Note-se que o que é trivial, banal, na acção não apenas de Adolf Eichmann, mas de quase todos os seus camaradas genocidas não reside nos seus fins – que são os que Hitler elencou em *Mein Kampf* e que são negativamente grandiosos –, mas os meios comumente usados, simples, que foram desde o normalíssimo fuzilamento, ao banal enforcamento, culminando nos não menos simples e banais gaseamentos, mais ou menos industrializados. O pragmatismo da acção assassina é banal, mas está ao serviço de uma lógica de *metamorfose universal* de nada menos do que do mundo. De facto, mais geral e banal do que isto é difícil.



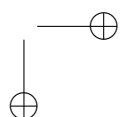
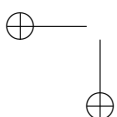


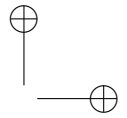
tre uma total e absoluta verdade e uma total e absoluta falta de verdade, aqui, no contexto do filme, uma própria mentira. Posto de outro modo: é possível que Doe diga a verdade *em seu pleno*, que diga apenas *parte* da verdade, que diga *verdade nenhuma*. Nunca se saberá e nunca se saberá porque nunca será possível saber-se, e os métodos indirectos, como os usados em direito, são simplesmente ridículos epistemologicamente, pois ignoram o transcendental problema da ilusão, objectiva ou teatralizada.⁷

O discurso auto-apologético de John Doe é, então, irrelevante, pois este personagem pode apresentar como razão *qualquer coisa*. Aliás, o actor, Kevin Spacey, faz um notável papel de sarcástico desprezo, enojado desprezo, do seu personagem por tudo e todos os que *não pensam como ele*. Doe surge, assim, também como modelo de tirania, de objectividade da tirania, não como atitude, apenas, mas como conteúdo objectivo, prático e pragmático.

O tirano é a besta humana por excelência (aconselhamos a leitura do «Livro I» da *República*, de Platão, em que o paradigma da tirania é teoricamente definido de uma vez por todas). Esta bestialidade é objectiva. E é objectiva porque é fundamentalmente política. Se a tirania fosse simplesmente ética, isto é, se se limitasse apenas à pura interioridade praxiológica humana e desta nunca transitasse em forma política, quer dizer, nunca interessasse terceiros – não apenas humanos, o escopo é o próprio cosmos –, toda a tirania seria, por poética justiça, cura para si própria, aniquilando-se, como se pode ver no paradigma do velho Midas, que se auto-aniquila na forma de ausência de possibilidade de sentido, por hipertrofia holística mono-substancial.

⁷ Problema que radica na impossibilidade de uma intuição – qualquer seja a forma ou estatuto – de terceiros sobre o acto interior próprio de cada ser humano, pessoa (Descartes diria sobre a «realidade objectiva do seu pensamento»), e também do próprio sobre essa mesma realidade de forma indubitável (ou não teria, por exemplo, havido «dúvida cartesiana»). Não é possível saber qual é a intuição seja do que for de um terceiro; por vezes, nem o próprio sabe exactamente o que vive na forma da sua interioridade pensante.





Mas o exemplo de Midas é errado, pois a sua acção teve consequências políticas, cósmicas mesmo, dado que reduziu tudo, exactamente, a uma mono-substância *impassível de diferenciação*, logo, de futuro, de renovação ontológica, de ser segundo a diferença, ou o tempo, como se costuma dizer.

Ora, precisamente, o mal da tirania reside em esta nunca poder ser um movimento ontológico entitário puramente ético. A condição é também transcendental: não há ser humano sem relação com outros seres humanos, desde o momento ontogenético primeiro que é o da procriação de que nasce, acto onto-antropológico político por essência e substância.

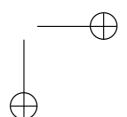
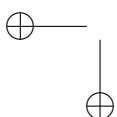
John Doe, ao agir, produz efeitos políticos. Mas é exactamente isso que faz sentido na sua acção, sentido que é *objectivo*: a sua acção, independentemente do que o próprio diga sobre ela e sobre as suas intenções-motivações, serve para *produzir efeitos sobre a realidade*, marcando-a com o selo do que ele entende objectivamente como *sendo o que deve ser*.

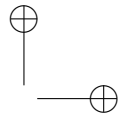
É este o cerne desta obra fílmica: a *imposição por um ser humano* – qualquer seja, não interessa que seja John Doe, que é «qualquer», literalmente – *da sua vontade sobre o mundo*.

John Doe faz realmente de Deus, ao manipular objectivamente, materialmente, as vidas de esses que escolheu para criar a sua obra de recosmicização ao seu modo do mundo.

Este seu acto poiético-cosmológico, de recriação, isto é, de emenda da estrutura ontológica – como estrutura, como «logos» estrutural, é metafísica – aprofunda ainda mais a grandeza da sua acção. E é este o momento em que tecnicamente, por via do nível ontológico em que quer actuar e, de facto, actua, John Doe situa a acção num âmbito, então, assim, religioso.

As múltiplas referências religiosas presentes no filme não servem apenas como contexto sociológico ou psicológico para uma superficial acção dos personagens, antes remetem para o plano em que o principal da narrativa se joga e para o modo como se joga.





Se a obra configura uma tragédia – uma das raras presentes nos últimos séculos – é porque John Doe montou a trama como uma longa «agonia», em sentido técnico.

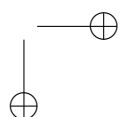
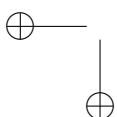
Uma «agonia» é um combate de morte entre dois seres racionais; como exemplo, podemos dar a luta entre Aquiles e Heitor, na *Ilíada*, em que Aquiles mata Heitor (depois profana o cadáver, assim se condenando ao juízo das Erínias, inexoráveis guardiãs da ordem do cosmos, contra tudo e contra todos os que não respeitem tal ordem).

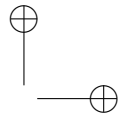
Ora, a agonia que Doe quer é entre si próprio e Deus, o Deus que não soube criar o mundo à imagem da vontade de Doe. Como Deus, o velho criador, irredutivelmente metafísico, nunca vem à física liça, Doe escolhe umas quantas «semelhanças», que ele pensa distorcidas, de Deus e, nelas e com elas, luta com Deus. O seu desprezo pelos seres humanos radica em que se julga apenas émulo de Deus; o mais é lixo e é desprezível.

Como se pode saber isto, sem penetrar na dimensão ética de Doe? Através da mentira prática e pragmática que constitui a sua acção: se o seu proclamado fim consiste em denunciar e expor o mal através da obscenidade do modo como trata aqueles que elege como pecadores, então, como explicar que sacrifique Tracy e o seu uterino bebé?

Quais são os supostos pecados desta mãe e do seu filho?; na forma de que mal? Que mal fez o bebé? Que mal podemos objectivamente descortinar na acção de Tracy que nos é revelada no filme? Tracy surge como uma espécie de santa laica. O bebé é impoluto. Pessoalmente, o bebé nunca fez mal algum.⁸

⁸ Atribuir mal a um inocente, seja este quem for, é um acto ético, político e antropológicamente blasfemo. Religiosamente, em âmbito racional, também. Não é possível haver responsabilidade impessoal e ninguém pode ser pessoalmente responsável pelos actos de outrem; com isto não se diz que histórica e religiosamente tal não tenha acontecido; o que se diz é que aconteceu como forma de perversidade, que viola a lógica mais profunda da acção humana na relação ontológica que existe entre o motor ético próprio de cada ser humano





O autor do filme toca neste ponto a sublimidade de perceber o que é *o mais radical dos males: o sacrifício de inocentes*. A grandeza negativa extrema, mesmo ontologicamente entendida, das bestas humanas, dos tiranos, reside precisamente no sacrifício dos inocentes.

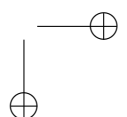
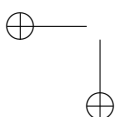
Nada justifica o sacrifício de inocentes. Leia-se o e medite-se sobre o *Livro de Job* e a irresolubilidade da relação quer de Job quer de Deus com o sofrimento de Job. Esta é uma singular obra, não sobre o que deve ser o homem – a pessoa humana –, mas sobre como *é* o homem bom e como *não deve ser Deus*: se este for um tirano, isto é, se fizer sofrer o inocente, não é Deus, é o próprio mal, hipostático e mal-disfarçado.

Realizar o sacrifício de inocentes tendo como desculpa a salvação seja do que for é o mais blasfemo dos actos, não de um ponto de vista estritamente religioso, mas de um ponto de vista, transcendentemente lato, antropológico. É este acto que irremediavelmente condena Doe.

O ponto culminante da substância narrativa do filme não é o momento em que Mills mata Doe, como se simbolicamente matasse todo o mal, num assomo de violência revelador, mas o momento invisível, em que Doe sacrifica Tracy e o seu filho, momento da morte da inocência.

Todavia, esta morte da inocência não é apenas a morte da inocência que vivera em Tracy e no bebé, mas a morte da inocência da humanidade, precisamente essa mesma – e esta humanidade sou eu – que *permite a existência de tiranos*, seja qual for a razão invocada para manter tal permissão.

e o resultado geral da sua acção. Se bem que seja símbolo de possibilidade transcendental, isto é, símbolo histórico de algo que é metafísico, o mal feito por Adão é seu exclusivo. Tal não implica que cada ser humano não seja, como possibilidade, um «Adão»; mas esta possibilidade implica três possibilidades subalternas: impecabilidade (total) real (por exemplo, Cristo); total pecabilidade real (por exemplo, a besta diabólica); pecabilidade parcial (por exemplo, quem escreve estas linhas).



É a *omissão de acção* segundo o bem e o bem único que é possibilitador da humanidade, o bem-comum, que é o protagonista omnipresente em sua *manifesta impresença* neste filme.

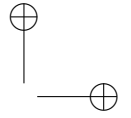
Este filme é terrível, como todas as verdadeiras tragédias, pois acaba com o triunfo do mal. Apenas a ténue chama de uma promessa de amor declarado pelos camaradas – mas vencidos, que força tem essa chama? – de Mills, *para com Mills*, se mantém como presença de bem. Uma promessa que nunca chegamos a saber se perdurou ou não.

A omissão de acção consubstancia a nossa condição de agentes omissos de um bem que sempre por nós clama, mas que nós, cobardes, raramente realizamos com a perfeição devida.

E, como vulgares John Doe – que todos somos, em potência –, temos sempre uma boa desculpa à mão para tal justificar. Algumas de grande recorte filosófico.

Passadas cerca de duas décadas sobre a realização desta extraordinária obra, a sua mensagem tem-se revelado profética: o mal verdadeiramente banaliza-se através da acção de cada um de nós, incapaz de impor o bem onde ele deve estar, sempre prontos, qual Eichmann em Wansee, a anuir à vontade dos tiranos e oligarcas do momento, demonstrando possuir a negativa coragem de um Somerset.

Terminamos com o paradigma que este último estabelece, o do *intelectual inteligente e covarde*: o homem que *superiormente sabe* e que é incapaz de acção no sentido do bem, sobretudo no momento em que as circunstâncias da vida o põem em acto agónico. Somerset deveria ter abatido Doe, única forma de Mills não o fazer e de anular o caminho de necessidade trágica em que Doe soubera submergi-lo. No entanto, deitou fora a sua arma, simbolicamente desarmando-se perante o mal, imediatamente condenando o camarada a ter de ser ele a escolher entre deixar o monstro vivo e auto-condenar-se matando-o.



Somerset deveria ter assumido este papel, libertando o amigo. Ao não o fazer, deu o triunfo *total* a Doe.

Antes que alguém mais religioso pergunte: «onde estava Deus?», informamos que estava na *possibilidade* de Somerset cortar o impulso trágico em que Doe pusera Mills.

O absoluto do bem passa, como possibilidade e apenas como possibilidade, pela possibilidade de acção de cada um de nós. Cada um de nós já foi um inocente filho de Tracy, pode ser uma inocente Tracy, mas também pode ser um tonto Mills, um covarde Somerset e, por mais desagradável que seja de se pensar, um bestial John Doe.

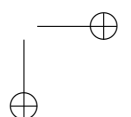
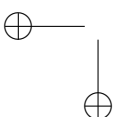
Nenhum deus escolhe por nós; também o não faz neurónio algum que não esteja ao nosso serviço: a haver uma qualquer besta, esta besta sou eu. Devo, então, começar por procurar essa possível ou já real besta senão num agostiniano espelho da alma, pelo menos num físico espelho de casa de banho.

Anexo⁹

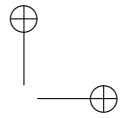
Súmula teórica da ideologia nazi elaborada por Winston Churchill, a partir da sua leitura de *Mein Kampf*

«The main thesis of *Mein Kampf* is simple. Man is a fighting animal; therefore the nation, being a community of fighters, is a fighting unit. Any living organism which ceases to fight for its existence is doomed to extinction. A country or race which ceases to fight is equally doomed. The fighting capacity of a race depends on its purity. Hence the need for ridding it of foreign defilements. The Jewish race, owing to its universality, is of necessity pacifist and internationalist. Pacifism is the deadliest sin, for it means the

⁹ CURCHILL Winston S., *The Second World War*, vol. II, Boston, Houghton Mifflin Company, s. d., pp. 50-51.



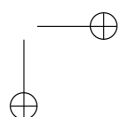
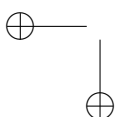
surrender of the race in the fight for existence. The first duty of every country is therefore to nationalise the masses. Intelligence in the case of the individual is not of first importance; will and determination are the prime qualities. The individual who is born to command is more valuable than the countless thousands of subordinate natures. Only brute force can ensure the survival of the race; hence the necessity for military forms. The race must fight; a race that rests must rust and perish. Had the German race been united in good time it would have been already master of the globe. The new Reich must gather within its fold all the scattered German elements in Europe. A race which has suffered defeat can be rescued by restoring its self-confidence. Above all things the Army must be taught to believe in its own invincibility. To restore the German nation the people must be convinced that the recovery of freedom by force of arms is possible. The aristocratic principle is fundamentally sound. Intellectualism is undesirable. The ultimate aim of education is to produce a German who can be converted with the minimum training into a soldier. The greatest upheavals in history would have been unthinkable had it not been for the driving force of fanatical and hysterical passions. Nothing could have been effected by the bourgeois virtues of peace and order. The world is now moving towards such an upheaval, and the new German State must see to it that the race is ready for the last and greatest decisions on this earth. Foreign policy may be unscrupulous. It is not the task of diplomacy to allow a nation to founder heroically, but rather to see that it can prosper and survive. England and Italy are the only two possible allies for Germany. No country will enter into an alliance with a cowardly pacifist State run by democrats and Marxists. So long as Germany does not fend for herself, nobody will fend for her. Her lost provinces cannot be regained by solemn appeals to Heaven or by pious hopes in the League of Nations, but only by force of arms. Germany must not repeat the mistake of fighting all her enemies at once. She must single out the most dangerous



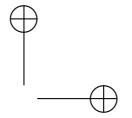
and attack him with all her forces. The world will only cease to be anti-German when Germany recovers equality of rights and resumes her place in the sun. There must be no sentimentality about Germany's foreign policy. To attack France for purely sentimental reasons would be foolish. What Germany needs is increase of territory in Europe. Germany's pre-war colonial policy was a mistake and should be abandoned. Germany must look for expansion to Russia, and especially to the Baltic States. No alliance with Russia can be tolerated. To wage war together with Russia against the West would be criminal, for the aim of the Soviets is the triumph of international Judaism. Such were the "granite pillars" of his policy»

Tradução

A tese principal de *Mein Kampf* é simples. O homem é um animal lutador; assim sendo, a nação, sendo uma comunidade de lutadores, é uma unidade de combate. Qualquer organismo vivo que cesse de lutar pela sua existência está condenado à extinção. País ou nação que cessem de lutar estão igualmente condenados. A capacidade de luta de uma raça depende da sua pureza. Daqui, a necessidade de a libertar de conspirações vindas do exterior. A raça judaica, devido à sua universalidade, é, por necessidade, pacifista e internacionalista. O pacifismo é o mais mortal dos pecados, pois significa a rendição da raça na luta pela existência. O primeiro dever de qualquer país é, assim, o de nacionalizar as massas. A inteligência, no caso do indivíduo, não é de primeira importância; vontade e determinação são as qualidades principais. O indivíduo que nasceu para comandar é mais valioso do que os incontáveis milhares de naturezas subordinadas. Apenas a força bruta pode assegurar a sobrevivência da raça; daqui, a necessidade de uma matriz militar. A raça deve lutar; uma raça inactiva deve enferrujar e perecer. Se a raça Alemã tivesse estado unida em devido tempo, já seria senhora do globo. O novo Reich deve recolher no seu seio todos os



elementos Alemães dispersos pela Europa. Uma raça que sofreu a derrota pode ser salva através da restauração da sua confiança em si própria. Acima de todas as coisas, o Exército deve ser ensinado a acreditar na sua mesma invencibilidade. Para restaurar a nação Alemã, o povo deve estar convencido de que a recuperação da liberdade pela força das armas é possível. O princípio aristocrático é fundamentalmente correcto. O intelectualismo é indesejável. O fim ultimo da educação consiste em produzir um Alemão que possa ser convertido, com um mínimo de treino, num soldado. As grandes sublevações na história teriam sido impensáveis não fora a força motriz das paixões fanáticas e históricas. Nada poderia ter sido efectuado pelas virtudes burguesas de paz e ordem. O mundo está presentemente a mover-se no sentido de uma tal sublevação, e o novo Estado Alemão deve proceder de modo a que a sua raça esteja pronta para as derradeiras e mais grandiosas decisões sobre esta terra. A política externa deve ser totalmente sem escrúpulos. Não é tarefa da diplomacia permitir que uma nação se afunde heroicamente, mas, antes, proporcionar que possa prosperar e sobreviver. A Inglaterra e a Itália são os dois únicos aliados possíveis para a Alemanha. Nenhum país entra para uma aliança com um Estado cobardemente pacifista, dirigido por democratas e Marxistas. Se a Alemanha não esgrimir em seu próprio benefício, ninguém o fará por ela. As suas províncias perdidas não podem ser recuperadas por meio de solenes apelos ao Céu ou de piedosas esperanças postas na Liga das Nações, mas apenas através da força das armas. A Alemanha não deve repetir o erro de lutar contra todos os seus inimigos ao mesmo tempo. Deve isolar o mais perigoso e atacá-lo com todas as suas forças. O mundo só deixará de ser anti-Alemão quando a Alemanha recuperar a igualdade de direitos e retomar o seu lugar ao sol. Não deve haver qualquer sentimentalismo relativamente à política externa da Alemanha. Atacar a França por causa de razões puramente sentimentais seria uma tolice. Do que a Alemanha precisa é de um aumento de território na Europa. A política



colonial anterior à guerra foi um erro e deve ser abandonada. A Alemanha deve procurar expandir-se para a Rússia, especialmente para os Estados Bálticos. Nenhuma aliança com a Rússia pode ser tolerada. Travar guerra em conjunto com a Rússia contra o Ocidente seria criminoso, pois o objectivo dos Soviéticos é o triunfo do Judaísmo internacional. Tais eram os “pilares de granito” da sua política. (trad. nossa)

